

ATOS DE AUTO-EXTERMÍNIO ENTRE POLICIAIS MILITARES - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Geralda Eloisa Gonçalves Nogueira

Capitão Psicóloga da PMMG

Andréa de Las Casas Moreira

Tenente Psicóloga da PMMG

Estudos epidemiológicos constatam que o suicídio é um fenômeno multidimensional e multicausal. Sua incidência e os motivos que o determinam são bastante variáveis, sofrendo influência de fatores tais como o sexo, idade, estado civil, religião, ocupação, saúde, classe e condições sociais. As condições sociais influem na taxa de suicídios de maneira que numa mesma sociedade, num dado período, seus valores permanecem constantes, com pequenas variações, modificando-se brusca e radicalmente sempre que o meio social muda repentinamente.

Tais estudos têm apontado também que, tal como qualquer ato violento, o suicídio - tentado ou consumado - é resultado da interação das características da pessoa com fatores do ambiente.

Dentre os agravos à saúde presentes no meio militar, tem merecido destaque, pela incidência significativa, o comportamento agressivo autodirigido. Os índices diferenciados de incidência desse fenômeno nas polícias militares, tanto do Brasil quanto do exterior, vêm sendo tema de interesse e divulgação nos últimos tempos pela mídia.

Apesar de atos de auto-extermínio estarem presentes em todas as sociedades e culturas na história da humanidade, a constatação de que as forças militares, historicamente, apresentam uma incidência de suicídios e tentativas diferenciada e maior do que as taxas apresentadas pela população em geral tem feito com que várias instituições policiais-militares do Brasil ensejem estudos e medidas que possam lidar com questão tão complexa.

A Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) se situa no rol dessas instituições que estão atentas ao fenômeno e vem buscando promover ações que previnam a eclosão de tais atos em seu meio. Neste sentido, o Comando da PMMG vem empreendendo levantamentos estatísticos acerca do fenômeno desde 1979 e estabelecendo diretrizes sobre o assunto. A promoção da saúde mental, a prevenção da incidência de atos dessa natureza e a melhoria nas relações interpessoais são os fundamentos das ações recomendadas pelo Comando da PMMG para lidar com a questão.

Ao enfocarmos o fenômeno suicídio no âmbito das ações de saúde mental, é conveniente recordar que, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), saúde consiste num estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas ausência de doença ou enfermidade.

Desta forma, apesar de que atos dessa natureza coloquem para todos a questão do sofrimento

psíquico, apontando a interferência drástica de fatores emocionais na vida das pessoas, é imprescindível um enfoque ampliado do problema com vistas a nele intervir.

Sem perder de vista tais considerações, a Psicologia na PMMG tem buscado implementar ações preventivas, utilizando recursos como palestras, debates, atividades em grupo, atividades didáticas, além do atendimento psicológico. Essas medidas contemplam tanto o aspecto individual quanto o coletivo na prevenção em saúde mental. Tem-se buscado, ainda, empreender estudos sistemáticos acerca do tema.

A constatação de que o suicídio é um fenômeno multidimensional e que as instituições militares tendem a apresentar índices significativamente mais elevados de incidência dessas ocorrências em relação à população geral apontam para o fato de que há algo peculiar a essas instituições que contribui, de alguma forma, para a emergência do fenômeno.

A atividade policial-militar apresenta especificidades quanto à atuação profissional em função dos riscos permanentes a que o sujeito se encontra exposto. O policial militar lida com ocorrências variadas que incluem desde a prestação de serviços de orientação ao público até o enfrentamento de situações com riscos a sua integridade física e a sua própria vida e/ou de seu companheiro de farda.

A prontidão que a atividade exige do policial, a impossibilidade de prever a ocorrência em que será empregado e qual o seu grau de dificuldade, juntamente com o fato de que o policial militar empresta seu corpo para salvar o corpo de outro cidadão, tudo isso faz com que o nível acentuado de estresse seja uma característica dessa atividade profissional.

Esta peculiaridade estressante da atividade policial militar a torna fator de risco permanente para a incidência de problemas físicos e emocionais os mais diversos.

O fácil acesso a armas de fogo, um dos instrumentos de trabalho do policial militar, é mais uma das especificidades da atividade. Estudos realizados por profissionais de saúde nos Estados Unidos, compreendendo o período de 1987 a 1990, concluíram que ter arma em casa aumenta em 5 vezes o risco de se cometer suicídio. Assim, o fácil acesso a armas de fogo é, por si só, um agravante ao risco de cometimento do ato nesta categoria profissional, pois encurta a distância entre o pensar e o agir⁶.

Nikki Meredith, em artigo intitulado “Atacando as raízes da violência policial”, destaca a ênfase dada à necessidade de que o policial militar assuma o controle e o mantenha em qualquer situação, seja na cena de um crime, seja frente a acidentes com feridos e mortos, seja frente a situações de conflitos sociais, o que acaba por levar, segundo o autor, a um entorpecimento generalizado. Este entorpecimento pode contribuir para um distanciamento emocional entre os policiais militares, seus familiares e amigos, afetando sua vida profissional e social.

Outra peculiaridade da função policial-militar se refere ao fato de que seu trabalho consiste na preservação da ordem pública, realizada através do policiamento ostensivo preventivo e de ações de caráter repressivo. A atuação do policial militar materializa a faculdade que o Estado possui em limitar os direitos e liberdades das pessoas através de um conjunto concreto de atividades coercitivas (poder de polícia). Este papel do policial militar restringe sua inserção nos diversos grupos que compõem a sociedade e o apreço social pela sua atividade, pois sabe-se que o ser humano, assim como todos os animais, tem uma tendência inata e instintiva de buscar a satisfação de suas necessidades e a renúncia a elas nem sempre ocorre de forma voluntária e de bom grado. A forma como se idealiza a figura do policial militar, no âmbito das instituições militares, também merece consideração. Se por um lado, o exercício da profissão pressupõe uma conduta ilibada, por outro, é comum existir nesses ambientes uma idealização da figura do policial militar como um

super-homem, um ser perfeito, sem faltas e erros. Esse ideal de perfeição pode contribuir para gerar conflitos intra e interpessoais.

Desde o século passado, vêm sendo realizados estudos acerca do tema suicídio. Émile Durkheim, sociólogo, apresentou em 1897, em seu estudo “Suicídio: Estudo Sociológico”, as peculiaridades do ato suicida em função dos grupos sociais, apontando algumas características presentes nesses grupos que podem interferir na incidência de suicídios. Um dos grupos estudados são as forças militares.

O autor afirma que os grupos militares apresentam uma organização do trabalho caracterizada por alto grau de adesão ao grupo (espírito de corpo), aliado a uma vigilância constante, que se estende a tudo, a fim de se evitar divergências, além de acentuada exigência de submissão e passividade. Estas características, segundo o autor, dificultam ao sujeito se distinguir de seus companheiros e de expressar sua individualidade. O valor individual, nessas condições, é muito pequeno e a primeira qualidade de um militar é sua impessoalidade, pois deve estar pronto a sacrificar-se por uma ordem superior. Como consequência, o homem submetido a tais condições em seu grupo social estaria mais propenso a cometer atos de auto-agressão, do tipo altruísta.

Apesar dos estudos de Durkheim terem sido realizados no final do século passado, suas colocações se mostram bastante atuais, especialmente quando relaciona a forma de organização do trabalho com o surgimento de sofrimento psíquico, o que antecede tais atos. Este é o enfoque de Christophe Dejours em seu livro “A loucura do trabalho”, editado na França em 1980. Para este autor, “(...) a organização do trabalho exerce sobre o homem uma ação específica, cujo impacto é o aparelho psíquico. Em certas condições, emerge um sofrimento que pode ser atribuído ao choque entre uma história individual, portadora de projetos, de esperanças e de desejos e uma organização do trabalho que os ignora”.

A organização do trabalho é, nesse contexto, segundo Ana Magnólia Bezerra Mendes, psicóloga, conceituada como “a divisão do trabalho, o conteúdo da tarefa, o sistema hierárquico, as modalidades de comando, as relações de poder, as questões de responsabilidade”.

Assim sendo, o sofrimento psíquico, a satisfação ou insatisfação do homem no trabalho e que tem reflexos em sua produtividade têm relação com “a dinâmica interna das situações e da organização do trabalho, ou seja, das relações subjetivas, condutas e ações dos trabalhadores, permitidas pela organização do trabalho”.

Dessa forma, esses índices diferenciados de suicídio nas organizações militares podem ser pensados, também, em relação ao modo específico de organização do trabalho a que esta categoria profissional está submetida.

A prevenção ao ato de auto-extermínio juntamente com o estudo dos fatores predisponentes requer dedicação. O suicídio e o suicida evocam nas pessoas sentimentos diversos e ambivalentes. É comum verificar que a sociedade condena o ato tanto no aspecto moral quanto cultural e religioso.

Na “(...) sociedade ocidental, o fenômeno do suicídio constitui tema interdito, uma tentativa de negação completa da dor, do sofrer, da morte - somando-se ao crescente tabu que se desenvolveu (...)” em torno da morte, como algo que deva ser postergado, evitado. O suicídio é, então, incluído dentre as coisas de que não se deve falar. O tabu acerca do assunto “(...) talvez funcione como forma de obliterar a percepção de uma falha na sociedade em garantir condições razoáveis para o indivíduo”.

Se, por um lado, os fatores constitucionais do indivíduo estão presentes na formação de sua personalidade, por outro, os fatores sociais e culturais exercem influência não menos importante. Constatase que, muitas vezes, a influência do meio pode precipitar nas pessoas condutas drásticas e definitivas.

O suicídio é, portanto, determinado por múltiplos fatores que para serem melhor apreendidos devem partir da focalização da pessoa inserida no contexto social. Evidencia-se aí a importância da abordagem multidisciplinar no estudo dos atos violentos contra a própria pessoa.

REFERÊNCIAS

ABRIL. Saúde pública. In: ENCICLOPÉDIA ABRIL. São Paulo, 1984. p. 4388.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo da psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez. 1987.

DURKHEIM, Émile. **O suicídio**. Estudo sociológico. Rio de Janeiro: Zahar. 1982.

MENDES, Ana Magnólia Bezerra. Aspectos psicodinâmicos da relação homem-trabalho: as contribuições de C. Dejours. **Psicologia. Ciência e Profissão**. Brasília: CFP, v.16, n. 1/2/3.1995.

MEREDITH, Nikki. Atacando as raízes da violência policial. A instituição policial. **Revista OABRJ**, Rio de Janeiro, n. 22, julho. 1985.

REVISTA ISTO É. Alvos da sua própria arma. 1311. p. 56-57. 16 de novembro de 1994.

ROOSEVELT, M. S. Cassorla. **Do suicídio**. Estudo brasileiro. Campinas, São Paulo: Papirus. 1991.

TALBOTT, John, A et. all. **Tratado de Psiquiatria**. Porto Alegre: Artes Médicas Ltda. 1992.